



**Ministério
das Finanças**
Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

SÍNTESE DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SETEMBRO 2021

Outubro 2021

ÍNDICE

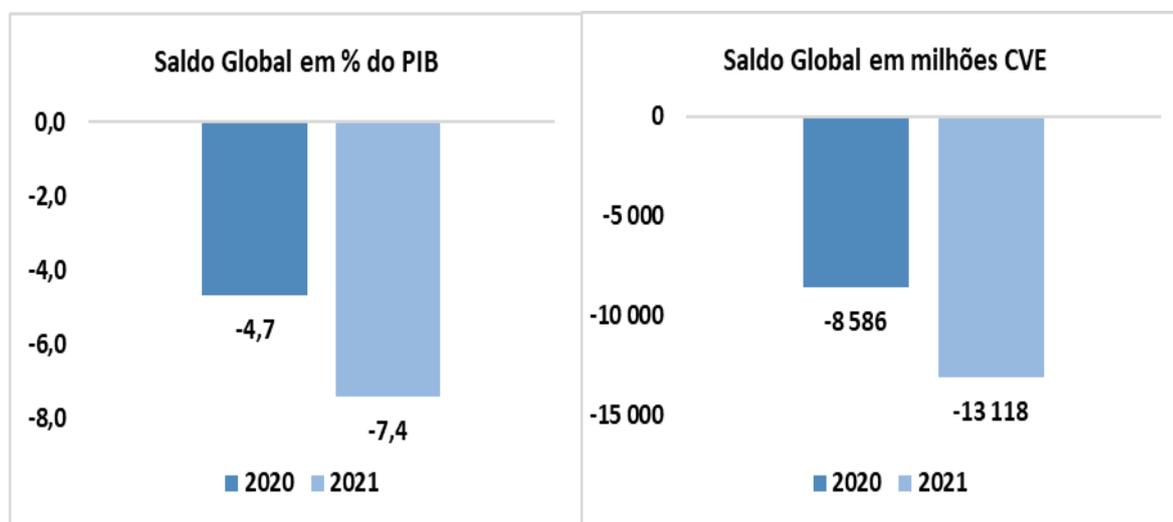
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	2
2.	Análise das Receitas Totais	4
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	5
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	8
3.	Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros	8
3.1.	Por Classificação Económica	8
3.1.1.	Despesas	9
3.1.2.	Ativos Não Financeiros	11
3.2.	Por Tipo de Financiamento	11
4.	Projetos em Resposta à Covid-19	12
5.	Dívida Pública	14

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

A 30 de setembro de 2021, o valor provisório do saldo global foi negativo em 13.117,7 milhões de CVE, ou seja, um défice de 7,4% do PIB projetado pelo Ministério das Finanças e Fomento Empresarial (MFFE).¹ Esse resultado se traduziu num agravamento de 2,7 p.p., face ao mesmo período de 2020.

Observa-se, ainda, que o saldo corrente primário/PIB foi negativo em 3,9%, agravando-se em 0,3 p.p., comparativamente ao período homólogo, continuando, assim, a refletir o impacto negativo da pandemia no quadro fiscal/orçamental, decorrente dos estabilizadores automáticos e das medidas adotadas em resposta à Covid-19.

Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global



Fonte: MFFE

Os resultados provisórios da execução orçamental até setembro de 2021, comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrem:

- da diminuição das receitas totais em 6,0% (-1.816,2 milhões de CVE);
- do agravamento das despesas totais em 2,6% (+972,0 milhões de CVE); e
- do aumento em ativos não financeiros líquidos em 124,9% (+1.743,5 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela compra de ativos superiores ao registado no

¹ Considerou-se o PIB reprogramado no âmbito do Orçamento Retificativo (175.616 milhões de CVE), sendo que o PIB projetado inicialmente aquando da proposta do OE 2021 foi de 194.320 milhões de CVE.

mesmo período do ano anterior (2021: 3.680 milhões de CVE; e 2020: 1.479 milhões de CVE).

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2020		2021			
	Orç. Ret.	Conta III Trim	Orç. Ret	Set	Grau Exec.	Tax. Hom
1. Total Receitas	53 869	30 496	52 520	28 680	54,6	-6,0
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	45 309	27 269	47 270	27 534	58,2	1,0
Impostos	33 952	23 761	34 895	23 680	67,9	-0,3
Segurança Social	70	42	71	49	68,6	16,4
Transferências (donativos)	8 559	3 227	5 250	1 146	21,8	-64,5
Outras Receitas	11 288	3 467	12 304	3 806	30,9	9,8
2. Total Despesas	64 974	37 687	63 473	38 659	60,9	2,6
Despesas com Pessoal	23 648	15 780	24 480	15 869	64,8	0,6
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	5 823	12 292	6 376	51,9	9,5
Juros Correntes	5 187	3 754	4 485	3 089	68,9	-17,7
Subsídios	891	410	1 116	760	68,1	85,2
Transferências Correntes	8 072	4 514	7 847	3 969	50,6	-12,1
Benefícios Sociais	8 046	5 916	9 179	7 020	76,5	18,7
Outras despesas correntes	3 692	1 159	4 075	1 107	27,2	-4,5
Valor a regularizar		330		470	-	42,1
3. Resultado Operacional Bruto	-11 105	-7 191	-10 953	-9 979	91,1	38,8
4. Ativos não Financeiros	9 851	1 395	9 863	3 139	31,8	124,9
Compra ativos não financeiros	10 301	1 479	11 353	3 680	32,4	148,8
Venda ativos não financeiros	451	83,4	1 490	540,5	36,3	547,8
5. Global Global (1-2-4)	-20 956	-8 586	-20 816	-13 118	63,0	52,8
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11,4	-4,7	-11,9	-7,4	-	-
Saldo Corrente Primario	-9 976	-6 687	-7 841	-6 867	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	-6,0	-3,6	-4,5	-3,9	-	-
6. Financiamento	20 956	9 133	20 816	12 236	-	-
6.1 Ativos Financeiros	-4 569	-1 210	934	1 919	-	-
Empréstimo Concedidos Mi - Amortizações	392	173	2 303	2 280	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-4 664	-843	-2 278	-1 000	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-1 445	-547	-1 049	-550	-	-
Depositos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	1 148		1 958	1 190	-	-
6.2 Passivos Financeiros	25 525	10 343	19 882	10 317	-	-
Interno líquido	5 488	3 740	5 402	8 854	-	-
Sistema bancário	5 633	-1 379		6 723	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Aquisições	12 552		13 171		-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações	-6 919		-7 584		-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-145	-101	-185	-107	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV		3 114		66	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito		-2 067		-2 184	-	-
Outras operações de tesouraria				-448	-	-
Sistema não bancário		1 142		4 804	-	-
Externo líquido	20 037	6 603	14 481	1 463	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	22 677	9 993	17 392	4 351	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-2 640	-3 390	-2 911	-2 888	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	547	0	-882	-	-

Fonte: MFFE

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até setembro de 2021 cifraram-se em 29.220,6 milhões de CVE, registando uma diminuição na ordem de 4,4%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2020		2021			
	Orç. Ret.	Conta III Trim	Orç. Ret.	Set	Grau Exec.	Tax. hom.
Impostos	33 952	23 761	34 895	23 680	67,9	-0,3
Imposto único sobre rendimentos	11 558	7 493	9 271	6 411	69,2	-14,4
IR-PS	6 249	4 369	6 026	4 158	69,0	-4,8
IR-PC	5 309	2 793	3 244	2 253	69,4	-19,3
Outros impostos directos		330	570	268	46,9	-19,0
Tributo Especial Unificado - TEU		330	570	268	46,9	-19,0
Imposto sobre bens e serviços	15 582	11 061	16 886	11 006	65,2	-0,5
Imposto sobre o valor acrescentado	12 895	9 144	14 010	9 134	65,2	-0,1
IVA DGA	6 424	4 867	7 425	5 802	78,1	19,2
IVA DGCI	6 471	4 277	6 585	3 333	50,6	-22,1
Imposto consumo especial	1 617	1 207	1 955	1 338	68,4	10,8
Contribuição turística	513	292	248	55	22,1	-81,2
Taxa ecológica	557	416	674	479	71,1	15,2
Impostos sobre transações internacionais	6 240	4 758	7 471	5 509	73,7	15,8
Direitos de importação	5 966	4 540	7 154	5 275	73,7	16,2
Taxa comunitaria CEDEAO	273	218	317	234	73,7	7,2
Outros impostos	572	449	697	486	69,8	8,4
Imposto de selo	534	427	664	465	70,0	8,8
Imposto especial sobre jogos	38	22	33	22	65,7	-0,8
Segurança Social	70	42	71	49	68,6	16,4
Taxa social única	0	0	0	0	-	-
Contribuições para a segurança social	68	41	71	48	68,0	16,6
Outras Contribuições	1	0	0	0	-	-4,9
Transferências	8 559	3 227	5 250	1 146	21,8	-64,5
De Governos Estrangeiros	7 492	2 849	4 525	388	8,6	-86,4
Ajuda Orçamental	1 957	2 287	1 029	0	0,0	-100,0
Ajuda Alimentar	304	70	321	68	21,1	-3,2
Donativos directos	5 230	490	3 175	320	10,1	-34,7
De Organizações Internacionais	604	67	218	424	194,6	536,2
Das Administrações Públicas	464	311	508	333	65,6	7,0
Outras Receitas	11 288	3 467	12 304	3 806	30,9	9,8
Rendimentos de propriedade	3 502	230	4 922	542	11,0	135,9
Venda de bens e serviços	6 366	2 685	6 075	2 993	49,3	11,5
Multas e outras penalidades	299	151	212	121	57,3	-19,5
Outras transferências	425	34	314	29	9,3	-15,3
Outras receitas diversas e não especificadas	695	367	781	121	15,5	-67,1
Receitas	53 869	30 496	52 520	28 680	54,6	-6,0
Ativos e Passivos	451	83	1 490	541	36,3	547,8
Ativos não Financeiros	451	83	1 490	541	36,3	547,8
TOTAL RECEITAS	54 319	30 580	54 010	29 221	54,1	-4,4

Fonte: MFFE

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

As receitas arrecadadas, até setembro de 2021, totalizaram o montante de 28.680,0 milhões de CVE, registando uma diminuição de 6,0%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta da diminuição da arrecadação em sede dos impostos diretos (-10,9%) e donativos (-64,5%). Em sentido contrário, regista-se, um aumento dos impostos indiretos (+4,5%), das outras receitas (+9,8%) e das receitas de segurança social (+16,4%), este último tem pouca materialidade em face ao total da receita do Estado.

Em relação aos Impostos diretos, é de se destacar que o decréscimo 10,9% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 4.157,9 milhões de CVE, registando uma evolução negativa, em termos homólogo, de 211,0 milhões de CVE (-4,8%). A variação da arrecadação deste imposto face ao período homólogo advém das medidas de mitigação da crise no mercado de trabalho e na tesouraria das empresas, tais como o lay-off que, por sua vez, também significa remunerações mais baixas, logo, menor arrecadação deste imposto.
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 2.252,9 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 540,4 milhões de CVE (-19,3%) sendo a performance homóloga consequência da redução da atividade económica em 2020 face a 2019, logo, com impacto negativo no imposto sobre o lucro anual pagos nos anos seguintes.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 267,7 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução negativa de 62,8 milhões de CVE (-19,0%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é consequência dos fortes impactos da crise da Covid-19 nos contribuintes, do REMPE neste caso, dos pedidos de pagamento em prestações com prazos mais alargados e do adiamento dos prazos de pagamento do imposto que se previu no OE 2021.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 4,5% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 9.134,0 milhões de CVE, traduzindo uma evolução negativa de 9,9 milhões de CVE (-0,1%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 19,2% enquanto que o IVA-DGCI teve um decréscimo de 22,1%. Este decréscimo na cobrança desse imposto deriva dos fortes impactos da crise da Covid-19, principalmente ao nível do Turismo, e das medidas excepcionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações e a redução da taxa do IVA no Turismo para 10%, que o OE 2021 veio prorrogar em relação ao ano 2020.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 54,8 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 237,1 milhões de CVE (-81,2%), resultante do facto das dormidas em estabelecimentos hoteleiros ainda estarem a sofrer um forte impacto da crise da Covid-19, com um nível relativamente reduzido de entradas de turistas do exterior, devido às restrições de viagens de lazer da maior parte dos países emissores, sendo o turismo interno marginal. A expectativa é de uma melhoria substancial do turismo no último trimestre do ano, permitindo a recuperação da arrecadação desse tributo.
- Impostos sobre Transações Internacionais – essa receita registou um acréscimo de 15,8% (+750,2 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. A performance desses impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2020, verificou-se uma variação positiva no Direito de Importação em 16,2% (+734,5 milhões de CVE) e da Taxa Comunitária CEDEAO em 7,2% (+15,7 milhões de CVE).
- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto de selo teve uma evolução positiva em termos homólogos de 8,8% (+37,7 milhões de CVE), situando-se em 464,6 milhões de CVE, essencialmente, fruto de uma atividade bancária relativamente dinâmica, apesar das moratórias bancárias decretadas.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 21,7 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 0,8% (-0,2 milhões

de CVE), uma vez que depende quase exclusivamente da atividade turística na Ilha do Sal, que teve atividade residual no período em análise, devido à Crise Pandémica.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 1.145,7 milhões de CVE, apresentando uma diminuição de 64,5% (-2.081,2 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior. Esta performance decorre da conjugação:

- da diminuição das transferências provenientes de Governos Estrangeiros em 86,5% (-2.460,4 milhões de CVE), justificado pela não entrada das ajudas orçamentais e com o decréscimo dos donativos diretos em face do registado em setembro de 2020;
- do aumento das transferências provenientes de Organizações Internacionais em 424,1 milhões de CVE, explicado pela entrada do donativo no âmbito do acordo entre U.E e PNUD para financiamento do projeto “*West Africa Competitiveness Support Project*”, no valor de 319,6 milhões de CVE; e
- do registo crescente das transferências recebidos pelos Fundos e Serviços Autónomos (+21,7 milhões de CVE), com destaque para as estruturas de Saúde, em face a comparticipação do INPS na assistência médica e medicamentosa dos respetivos segurados.

As “outras receitas” verificaram um acréscimo de 9,8% (+339,2 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela performance registada nas seguintes rúbricas:

- Rendimento de Propriedade (+135,9%; +312,0 milhões de CVE) decorrente, principalmente, da entrada de dividendos (284,9 milhões de CVE); e
- Vendas de Bens e Serviços (+11,5%; +307,9 milhões de CVE) impulsionado pelas taxas de prestação de serviços, dos serviços médico hospitalares, dos emolumentos dos registos e notariado, dos emolumentos das custas judiciais e da taxa aduaneira estatísticas, refletindo a retoma da normalidade dos serviços públicos face às restrições registadas em 2020 em resposta à pandemia da Covid-19.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

As receitas provenientes de Vendas de Ativos Não Financeiros ascenderam a 540,5 milhões de CVE, registando um aumento, em face ao realizado no mesmo período de 2020 (+457,1 milhões de CVE). Esse aumento é justificado, essencialmente, pela venda de edifícios (480,9 milhões de CVE) e da aeronave das Forças Armadas (52,9 milhões de CVE).

3. Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em setembro de 2021, atingiram 42.338,5 milhões de CVE, registando um agravamento de 8,1% em relação ao período homólogo de 2020.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2020		2021			
	Orç. Ret.	Conta III Trim	Orç. Ret.	Set	Grau Exec.	Var. Hom.
Despesas com Pessoal	23 648	15 780	24 480	15 869	64,8	0,6
Remuneração Certas e Permanentes	21 705	14 569	22 381	15 011	67,1	3,0
Segurança Social	1 943	1 211	2 098	858	40,9	-29,1
Aquisição de Bens e Serviços	15 438	5 823	12 292	6 376	51,9	9,5
Juros Correntes	5 187	3 754	4 485	3 089	68,9	-17,7
Dívida interna	3 337	2 337	3 343	2 366	70,8	1,3
Dívida externa	1 754	1 394	1 044	700	67,0	-49,8
Outros encargos	96	23	98	22	22,9	-4,2
Subsídios	891	410	1 116	760	68,1	85,2
Transferências Correntes	8 072	4 514	7 847	3 969	50,6	-12,1
Governos Estrangeiros	820	64	1 188	40	3,4	-37,8
Organismos Internacionais	475	72	465	65	13,9	-10,6
Administração pública	6 778	4 377	6 194	3 864	62,4	-11,7
Benefícios Sociais	8 046	5 916	9 179	7 020	76,5	18,7
Outras Despesas Correntes	3 692	1 159	4 075	1 107	27,2	-4,5
Valor a regularizar		330		470	-	42,1
Despesas	64 974	37 687	63 473	38 659	60,9	2,6
Ativos e Passivos	10 301	1 479	11 353	3 680	32,4	148,8
Ativos não Financeiros	10 301	1 479	11 353	3 679,6	32,4	148,8
TOTAL DESPESAS	75 275	39 166	74 826	42 338,5	56,6	8,1

Fonte: MFFE

3.1.1. Despesas

Em finais de setembro de 2021, as despesas executadas totalizaram o montante de 38.659,0 milhões de CVE, registando um aumento de 2,6% em relação ao período homólogo de 2020. Esta evolução resultou do aumento nas rubricas despesas com o pessoal (+0,6%), subsídios (+85,2%), benefícios sociais (+18,7%), aquisição de bens e serviços (+9,5%), conjugado com a diminuição nas rubricas de dos juros da dívida (-17,7%), das transferências correntes (-12,1%) e das outras despesas correntes (-4,5%), conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um aumento de 0,6% (+27,6 milhões de CVE) decorrente:
 - i. do impacto de implementação de PCCS das Forças Armadas, que teve início no segundo trimestre de 2020, e reclassificações e acumulação de carga horária que vieram a ter impacto no mês de junho do presente ano, com destaque ao Ministério de Educação; enquanto que em 2021 os impactos em causa são de 12 meses;
 - ii. do impacto na contratação de técnicos e pessoal de saúde, bem como aumento das velas e senhas de presença nas estruturas de saúde no âmbito da necessidade de resposta à Covid-19;
 - iii. da *Bancarização* das estruturas do Supremo Tribunal de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Tribunal de Contas, das Comissões de Recenseamento Eleitoral e do Cofre Geral de Justiça.
- A “Aquisição de bens e serviços” registaram um acréscimo 9,5% (+552,8 milhões de CVE), em face ao período homólogo do ano anterior, derivado, essencialmente, do aumento das seguintes rubricas: Honorários em 102,1% (+180,4 milhões de CVE), resultantes do pagamento de despesas, maioritariamente com financiamento externo, no âmbito de projetos de gestão das privatizações das Soe, políticas de emprego (ofertas formativas e formação para empregabilidade), recenseamento geral da população e habitação, reforço da capacidade do Instituto Nacional de Estatísticas, reforço ao setor da educação, integração da biodiversidade no sector do turismo, programa de cidadania fiscal, cadastro predial nacional e unidade de tecnologias, inovação e comunicação; Outros serviços em 147,7% (+672,5 milhões de CVE), registado principalmente nos Ministérios

das Finanças e do Fomento Empresarial (no âmbito do preparação do projeto de acesso ao financiamento das micro, pequenas e médias empresas à Pro Garante), da Saúde, da Educação, da Justiça, da Agricultura e Ambiente, Cultura e das Industrias Criativas e do Adjunto do Primeiro Ministro para a juventude e Desporto.

- A despesa com os juros da dívida registou uma diminuição de 17,7% (-665,4 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2020, resultado da diminuição dos juros da dívida externa na decorrência da moratória concedida pelos credores bilaterais para mitigar os efeitos da Covid-19 nos países mais vulneráveis;
- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 85,2% (+349,4 milhões de CVE), em face ao mesmo período de 2020, justificado essencialmente, pelos subsídios transferidos às empresas privadas não financeiras, no âmbito da resolução 54/2021 de 16 de abril, resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas, cujo pagamento é efetuado através do Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo.
- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 18,7% (+1.103,7 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação em 9,3% (+320,9 milhões de CVE); pensões de sobrevivência em 13,5% (+28,2 milhões de CVE) e outros benefícios sociais em numerários em 125,7% (+711,1 milhões de CVE). Este último no âmbito do apoio social às famílias afetadas pela pandemia da Covid-19 através do Rendimento Social de Inclusão, do pagamento de estágios profissionais, formação para empregabilidade e apoio à reinserção socioprofissional;
- As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 12,6% (-567,9 milhões de CVE) comparado com o mesmo período do ano transato, devido à diminuição das transferências aos Municípios na decorrência do impacto negativo da Covid-19 nas receitas consignadas do Fundo Desenvolvimento social e do Turismo e pelo Fundo do Ambiente.
- As “Outras Despesas Correntes” evidenciaram uma diminuição de 4,5% (-52,4 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrente da reprogramação e das

medidas de contenção nos termos definidos na Resolução n.º 8/2021, de 2 de fevereiro, bem como pela diminuição da necessidade de pagamentos de restituições do IVA e do IR.

3.1.2. Ativos Não Financeiros

A execução dos Ativos Não Financeiros, ascendeu ao montante de 3.679,6 milhões de CVE, equivalente a 32,4% do total do orçamento representando, em termos absolutos, uma variação positiva de 2.200,6 milhões de CVE comparativamente à execução de 2020. O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Promoção Habitacional” com uma execução de 2.145,3 milhões de CVE; “Reabilitação de estradas” com uma execução de 332,8 milhões de CVE; “Reforço ao sector da educação” com uma execução de 158,9 milhões de CVE; “Redução de Perdas em Eletricidade e Melhoria de Qualidade de Energia” com uma execução de 89,1 milhões de CVE; “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (Poser - Clima)” com uma execução de 84,9 milhões de CVE; e “Construção Centro Ambulatório do Hospital B. Sousa” com uma execução de 74,1 milhões de CVE.

3.2. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento, nota-se que 90,4% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 9,6% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante de 1.066 milhões de CVE, equivalente a 26,8% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maiores execuções o Luxemburgo com 417,1 milhões de CVE e Fundo Internacional Desenvolvimento Agrícola com 105,4 milhões de CVE.
- Os empréstimos externos ascenderam a 2.855 milhões de CVE, equivalente a 71,7% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 14 programas, com destaque para a “Garantia de acesso ao rendimento, a Educação, aos

Cuidados e à Saúde” (905,0 milhões de CVE), as “Infraestruturas Modernas e Seguras” (515,7 milhões de CVE), a “Educação de Excelência” (234,3 milhões de CVE) e a “Transformação da Agricultura” (100,9 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	Orç. Ret.	Set	Grau Exec.	Peso %
Interno	60 561	37 626	62,1	90,4
Tesouro (Rec. Int.)	59 697	37 378	62,6	99,3
OFN	864	248	28,7	0,7
Externo	14 265	3 984	27,9	9,6
Donativo	3 394	1 066	31,4	26,8
Empréstimo	10 560	2 855	27,0	71,7
Ajuda Alimentar	311	63	20,3	1,6
Total	74 826	41 610	55,6	100,0

Fonte: MFFE

4. Projetos em Resposta à Covid-19

A execução orçamental dos projetos/unidades inscritos em resposta à Covid-19, até setembro de 2021, totalizaram 2.712,4 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 51,9%.

Por modalidade de financiamento, até finais do 3º trimestre, a execução dos projetos/unidades foi financiada pelo tesouro em 49,9%, por empréstimo em 46,1% e por donativos em 4,1%.

Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

MOD. FINANCIAMENTO	VALOR_ACTUAL	VALOR_PAGO	PESO %
Donativo	335,7	110,5	4,1%
Empréstimo	2871,5	1249,8	46,1%
Tesouro	2022,4	1352,2	49,9%
Total Geral	5 229,6	2 712,4	100,0%

Fonte: MFFE

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

- “Implementação de Rendimento Social de Inclusão” (934,7 milhões de CVE);
- “Sistema para o Desenvolvimento do Setor de Transporte Marítimo Inter-Ilhas” (654,0 milhões de CVE);
- “Prevenção e Combate a Coronavírus” (412,9 milhões de CVE);
- “Reforço ao Setor da Educação” (277,4 milhões de CVE);
- “Preparação Projeto Cabo Verde Digital” (74,9 milhões de CVE); e
- “Reforço do Setor da Saúde No Combate ao Covid-19” (66,5 milhões de CVE).

Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19

FUNÇÕES DO ESTADO	PROJETOS	VALOR ACTUAL	VALOR PAGO	GRAU EXEC.
07.00.01 - Serviços Públicos Gerais	Apoio Aos Municípios - Combate A Covid 19	16,5	16,5	100,0
07.00.01 - Serviços Públicos Gerais Total		16,5	16,5	100,0
07.00.03 - Segurança e ordem pública	Protecção Civil - Covid-19	82,0	16,0	19,5
07.00.03 - Segurança e ordem pública Total		82,0	16,0	19,5
07.00.04 - Assuntos económicos	Cabo Verde Digital	20,4	6,3	31,1
	Capacitação Dos Profissionais Do Turismo E Áreas Transversais - COVID_19	105,0	40,1	38,2
	FADSTMI- Sistema Para O Desenvolvimento Do Setor De Transporte Marítimo Inter-Ilhas	839,0	654,0	77,9
	Preparação Projeto Cabo Verde Digital	741,9	74,9	10,1
	Projeto Digital Cabo Verde	0,0	0,0	-
	Reforço Da Resiliência Das Famílias Rurais No Pós Covid-19	22,1	0,6	2,9
	Transição Da Economia Informal A Formal	20,0	0,0	0,0
07.00.04 - Assuntos económicos Total		1748,5	775,9	44,4
07.00.07 - Saúde	Preparação E Resposta A Covid-19	466,9	35,6	7,6
	Ampliação Do Centro De Saúde De Bao Vista	67,0	35,0	52,2
	Aquisição De Vacina Covid19	0,0	0,0	-
	Comunicação De Risco Em Saúde - INSP	4,9	2,1	42,3
	Construção Da Sede Do Inps Laboratorio Nacional Saude F	77,7	0,0	0,0
	Desenvolvimento Do Observatório Nacional De Saúde Públi	2,4	1,0	40,8
	Desnvolvimento De Investigação Em Saúde - Insp	2,3	1,4	59,9
	Equipamento Postos Sanitários	1,5	1,5	100,0
	Prevenção E Combate A Coronavírus	668,2	384,7	57,6
	Prevenção E Combate A Coronavírus	28,7	28,2	98,2
	Reabilitação e equipamentos De Estruturas De Saúde	21,0	16,6	78,7
	Reforço Do Setor Da Saúde No Combate Ao Covid19	82,4	66,5	80,7
	Reforço De Capacidade Laboratório Virologia	30,0	30,0	100,0
Remodelação de Postos Sanitarios	7,5	5,8	76,9	
Rerforço Do Laboratorio Nacional De Saúde Publica - Insp	18,1	5,7	31,4	
07.00.07 - Saúde Total		1478,7	613,9	41,5
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos	Apoio A Classe Artista Cultural - Covid-19	10,0	9,9	98,5
07.00.08 - Serviços culturais recreativos e religiosos Total		10,0	9,9	98,5
07.00.09 - Educação	Bolsa Cabo Verde Digital	20,0	0,0	0,0
	Construção, Ampliação E Remodelação de Infra-Estrutura	11,9	8,7	73,0
	Reforço Ao Sector Da Educação	470,6	277,4	58,9
07.00.09 - Educação Total		502,5	286,0	56,9
07.00.10 - Protecção social	COVID-19 RSI Emergencial - Redes de Segurança e Recuperação de Rendimentos para as famílias mais pobres e mulheres trabalhadoras informais em Cabo Ver	8,3	8,2	98,3
	Garantia De Cuidados De Dependentes	19,1	14,8	77,4
	Implementação De Rendimento Social De Inclusão	1300,5	934,7	71,9
	Projecto De Inclusão Social	0,0	0,0	-
	Reforço Das Competências Do Setor Da Inclusão Social	34,2	10,4	30,4
	Reforço Institucional Das Organizações Da Sociedade Civil	29,4	26,2	89,2
07.00.10 - Protecção social Total		1391,4	994,2	71,5
Total Geral		5 229,6	2 712,4	51,9

Fonte: MFFE

5. Dívida Pública

O stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu 270.745,0 milhões de CVE, em 30 de setembro de 2021, cabendo à dívida interna 82.559,1 milhões de CVE (47,0% do PIB) e à dívida externa 188.185,9 milhões de CVE (107,2 % do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 154,2 %, cerca de 0,9 p.p. acima do valor registado em setembro de 2020².

Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	setembro 20	setembro 21	Var. Hom	% PIB/20	% PIB/21
Estoque Global	252.755,5	270.745,0	7,1	153,3	154,2
Dívida Interna	69.759,7	82.559,1	18,3	42,3	47,0
Dívida Externa	182.995,8	188.185,9	2,8	111,0	107,2

Fonte: MFFE

² O PIB utilizado para o cálculo do rácio em 2020 é o PIB ajustado a reprogramação para o referido ano, nos termos apresentado pela DNP, ou seja, 164.911 milhões de CVE (o PIB inicialmente utilizado aquando da apresentação da conta mensal 2020 foi o projetado para o Orçamento inicial de 2020, cerca de 211.095 milhões de CVE, em que foi apresentado um stock da dívida em percentagem do PIB de 135,0%.